

MATA NACIONAL DE LEIRIA

Plano de Gestão Florestal

Consulta pública a decorrer de 12/01/2022 a 01/02/2022



Nota introdutória

Enquadramento

A Mata Nacional de Leiria (MNL), outrora denominada “Pinhal d`EL Rei” ou ainda Pinhal de Leiria, é uma das áreas mais emblemáticas da história e da cultura florestal portuguesa. Situada no distrito de Leiria, concelho da Marinha Grande, está distribuída pelas freguesias da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, ocupando uma área de cerca de 11 021,44 ha, dividida em 342 talhões, com uma área de 35 ha cada, corresponde a perto de 2/3 do concelho da Marinha Grande.

Mandada plantar por ordem de D. Afonso III no século XIII, foi no reinado de D. Dinis nos séculos XIII-XIV, que se estabeleceu a sua expansão e as primeiras regras para a sua administração, com a realização de grandes sementeiras, cujos objetivos principais seria a estabilização das dunas, protegendo as culturas agrícolas do interior, a produção de madeira para a construção naval e criação de uma floresta propícia para a prática da caça.

Em 1824, foi criada a Administração Geral das Matas do Reino, sediada na Marinha Grande, para administração dos pinhais das dunas do litoral.

O primeiro ordenamento florestal da Mata Nacional de Leiria data do ano de 1892, e dele constam a criação de talhões, aceiros e arrifes, bem como a elaboração da primeira planta rigorosa do Pinhal de Leiria. Foi proposto pelo engenheiro silvicultor Bernardino Barros Gomes, tendo sido precedido de um plano preparatório para o período de 1882 a 1892.

Entre o final do séc. XIX e o início do séc. XX, procedeu-se aos difíceis trabalhos de fixação e consolidação da duna primária do litoral, consistindo primeiro na instalação de um ripado de madeira paralelo à linha de costa, até à formação de uma duna estável com 4 a 5 metros de altura. De seguida, procedia-se à sementeira de várias espécies, desde o pinheiro bravo a variadas espécies de plantas próprias das areias, principalmente estorno, mas também outras, como tojo, giesta, camarinheira e sargaço. Para conceder proteção às futuras jovens plantas e enriquecer aquelas areias estéreis, cobria-se o solo com manta morta em decomposição, ramas e folhagem diversa.

Pertencendo ao domínio privado do Estado Português, a MNL, encontra-se, atualmente, sob gestão direta do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I.P.). Desde 2012 a mata é gerida de acordo com o Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria, previsto para o período de 2011 a 2026.

Com solos compostos por areias de dunas eólicas e de praia, o seu estrato arbóreo é constituído quase exclusivamente por povoamentos de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), conduzidos em regime de alto fuste regular, sendo a sua condução feita através de cortes culturais e utilizado o critério de desbaste pelo baixo e seletivo.

Existem ainda, alguns maciços de Eucaliptos e Acácia, outras espécies de árvores como pinheiro manso, carvalho-alvarinho, carvalho-americano, taxódio, para além de espécies como o amieiro, choupo, salgueiro e sanguinho-de-água, típicos dos corredores ribeirinhos.

A sua gestão sustentável é o critério base no qual se apoiam todos os objetivos estratégicos em termos da gestão desta mata, continuando a desempenhar as suas funções de estabilização das dunas, proteção das culturas agrícolas e das áreas urbanas, assegurando simultaneamente a produção de madeira de elevada qualidade.

Recuperação da Mata Nacional de Leiria

Enquadramento e intervenções de preparação para a recuperação

Os complexos de incêndios que atingiram a Mata Nacional de Leiria (MNL) em 15/10/2017 tiveram proveniência em dois focos de incêndio com pontos de início localizados no concelho de Alcobaça e distantes a mais de 5 km da MNL.

A área total ardida na MNL totaliza 9 476 ha, o que representa 86% da sua superfície global (11 021 ha).

Em novembro e dezembro de 2017 o ICNF elaborou e aprovou um Plano de Intervenção na Área Ardida na MNL que visou preparar a área para ser recuperada.

A intervenção estabeleceu a prioridade de corte e remoção do arvoredado queimado, implicando a sequência das operações de alienação, corte e extração do arvoredado. Para tal teve em consideração parâmetros de risco fitossanitário, valor e de localização, assim como de aproveitamento para os sectores de transformação do pinho.

Tal exercício determinou que a intervenção:

- deveria ser iniciada pelos povoamentos florestais de maior valor e risco fitossanitário, para evitar minimizar problemas fitossanitários, depreciação económica e tecnológica da alta qualidade do pinheiro bravo da MNL e a perda de matéria-prima para as unidades de transformação especializadas no processamento de material lenhoso de grandes dimensões;
- limitou-se à secção da MNL que possui também funções de produção para além de proteção, evitando a ação de máquinas e equipamentos de exploração florestal na secção de proteção da MNL, dados os valores naturais e sensibilidade ambiental que caracteriza essa parte da Mata.

A área delimitada para corte da madeira queimada e respetiva alienação totaliza 6 135 ha, tendo sido alienados, até ao momento, 6 108 ha da área total prevista (99,6% do estimado), o que está em linha com o plano gizado no final de 2017, seja em termos temporais, de superfície e, igualmente, de valor médio de venda (montante total vendido de 17 MEuros).

Acresce que em 13/10/2018, a área litoral da região centro foi atingida com especial severidade pela tempestade Leslie, que causou avultados danos nos povoamentos florestais não ardidos das matas litorais afetadas pelos incêndios do ano anterior e outras mais.

Este fenómeno meteorológico provocou a queda e danos em dezenas de milhares de árvores da MNL e obrigou a que o ICNF implantasse um Programa de Exploração Florestal para este arvoredado de regime suplementar ao estipulado para a exploração florestal do arvoredado queimado, o que fez deslocar a força de trabalho e o interesse comercial de algumas das empresas de exploração florestal para o material afetado pelo LESLIE e atenuou o ritmo de exploração do arvoredado queimado.

Intervenções planeadas e realizadas

Na sequência do incêndio de outubro de 2017, iniciaram-se de imediato na Mata Nacional de Leiria as ações com vista à recuperação da área afetada, que teve necessariamente como primeira fase o corte

e remoção do material lenhoso ardido, resultante da devastação em cerca de 86% da superfície da mata.

O plano delineado para a recuperação das áreas ardidas nas Matas Litorais foi sustentado nas conclusões e orientações que constam do Programa de Recuperação das Matas Litorais, da autoria da Comissão Científica que foi constituída pelo Governo para esse efeito.

Em termos simplificados, a rearborização florestal da área ardida será alcançada através de ações de sementeira ou plantação e de aproveitamento da regeneração natural de pinheiro bravo, sendo utilizadas outras espécies em locais onde as condições de solo e água o permitam.

A área identificada para plantação corresponde maioritariamente a parcelas de terreno que à data do incêndio estavam sem arvoredo ou ocupadas por povoamentos florestais de pinheiro bravo com idade inferior a 20 anos, situações onde o banco de sementes existente no solo é reduzido e não permite a viabilidade de regeneração natural (sendo estes alvo de projetos de reflorestação).

Nas restantes áreas afetadas, o ICNF implementou um programa de monitorização da dinâmica de regeneração natural de pinheiro bravo, que terminou no verão de 2021

No seguimento deste procedimento de monitorização foram delimitados 1 773 ha de estações florestais com parâmetros (densidade, vigor e dispersão) normais para a regeneração natural de pinheiro bravo e suficientes para que esses espaços possam ser intervencionados, a partir do início de 2022, com operações adequadas para a consolidação do repovoamento florestal dessas áreas através do aproveitamento assistido da regeneração natural.

Em fevereiro de 2018 iniciou-se o processo de rearborização da área ardida, o qual obrigou e ainda impõe, uma coordenação dos meios humanos e materiais (equipamentos e máquinas) disponíveis, bem como de uma planificação rigorosa e cuidada de todos os trabalhos por parte do ICNF I.P., tendo em conta a dimensão da área afetada e todo um conjunto de operações a executar, nomeadamente limpeza e preparação do terreno, sementeira e/ou plantação, bem como em grande parte dos casos, o aproveitamento da regeneração natural de pinheiro bravo existente.

As ações iniciais de rearborização artificial da área ardida foram desenvolvidas no âmbito de iniciativas de voluntariado que foram promovidas por diferentes agentes da sociedade civil, iniciativas essas orientadas pelo ICNF através da elaboração de projetos florestais de base técnica e, em muitos casos, com a associação e empenho de meios próprios (recursos humanos, máquinas e/ou plantas).

A partir de outubro de 2018 o ICNF iniciou a execução de ações de plantação de maior escala territorial. Foram aprovados investimentos, para serem realizados de 2020 a 2022, que visam a rearborização de cerca de 2 522 ha da área ardida em 2017, a melhoria das condições de visitação e beneficiação de rede viária, representando um investimento de cerca de 3,6 Meuros.

Até ao final de 2021 a área rearborizada totaliza cerca de 1 977 ha, tendo sido criados mosaicos de parcelas de gestão de combustível para prevenção de incêndios rurais em mais de 500 ha, requalificada rede viária e florestal em 6 km e reabilitadas de zonas de lazer e fruição.

Para o período de 2022 a 2024 encontra-se planeada e em contratação a rearborização e aproveitamento de regeneração natural em cerca de 4 000 ha, bem como intervenções de prevenção contra incêndios, controlo de plantas invasoras e de agentes bióticos nocivos, recuperação de ecossistemas com criação de zonas húmidas, estabilização e restauro do cordão dunar, bem como a continuação da melhoria das condições de visitação, num investimento previsto de cerca de 3,7 Meuros.

O Plano de Gestão Florestal (PGF) cujo processo de consulta pública se inicia hoje e que decorre até ao próximo dia 1 de fevereiro, prevê o conjunto de intervenções necessárias a realizar até 2038, podendo as mesmas serem objeto de ajuste em função da dinâmica que se verifique na evolução dos ecossistemas e povoamentos, no âmbito dos princípios de uma gestão adaptativa e sustentável.

Controlo de espécies exóticas invasoras

As estratégias de controlo e contenção da área colonizada por espécies invasoras, das quais destacamos para a MNL as plantas do género *Acácia*, devem ser suportadas em operações que contemplem ações diversificadas e complementares, dada a capacidade de recuperação destas espécies ser significativamente superior à capacidade das espécies botânicas autóctones.

Sublinha-se que o ICNF adotou uma posição ativa relativamente às espécies invasoras, tendo atuado no terreno com ações concretas de controlo (género *Acácia*), como é o caso dos dois projetos POSUER que foram executados (2019-2020) na MNL, mas também, na Mata Nacional do Casal da Lebre e na Mata Nacional do Urso.

Estes projetos visaram realizar a gestão de combustíveis em 525 ha da MNL (nas tipologias de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível – RPFGC e de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível – MPGC) e resultam, no essencial, no corte e redução a estilha de exemplares de acácia, que é o género botânico dominante do estrato arbustivo.

A superfície total da MN de Leiria que está a ser objeto de operações que atuam também na dimensão do controlo ativo de invasoras lenhosas supera 2 300 ha.

Estas medidas obedecem a uma estratégia de intervenção que dá primazia a operações de controlo de espécies invasoras em associação com operações de beneficiação da área não ardida e de rearborização da área ardida, dado o sucesso dessas medidas estar diretamente dependente da existência ou a (re)introdução de espécies arbóreas com capacidade de concorrência e competição com a *Acácia* spp..

Deve ser também relevado que no segundo semestre de 2019 foi efetuada a inventariação e controlo da *Cortaderia selloana* na Mata Nacional de Leiria, procedendo-se à erradicação, através do arranque de dezenas de indivíduos e também ao corte e remoção de centenas de plumas, para evitar a dispersão de sementes na fase inicial de invasão. Na época estival de 2020 procedeu-se a nova operação de remoção de plumas e ao registo das coordenadas de localização das plantas, para efeitos de monitorização de processos de instalação e dispersão deste espécie invasora.

Importa ainda notar que a Mata Nacional de Leiria é, desde 2015, área de controlo natural (biológico) de *Acácia longifolia* (acácia de espigas) com *Trichilogaster acaciaelongifoliae* (vespa galhadora australiana), sob controlo e supervisão do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra e da Escola Superior Agrária de Coimbra.

Plano de Gestão Florestal

A Mata Nacional de Leiria dispunha, à data de ocorrência dos incêndios de 15/10/2017, de um Plano de Gestão Florestal em vigor, aprovado em 29/05/2012.

No dia 15 de outubro de 2017, a Mata Nacional de Leiria foi fortemente atingida por um violento incêndio, que queimou cerca de 9 500 ha, correspondendo a aproximadamente 86% da sua superfície.

Considerado o incêndio de maior dimensão ocorrido nessa mata, criou grandes impactos ao nível económico, social e paisagístico, alterando radicalmente os seus ecossistemas e a sua paisagem.

Em 13 de outubro de 2018, esta catástrofe é agravada pelo impacto da passagem da tempestade pós-tropical Leslie, um ciclone tropical atlântico, considerado o mais forte desde 1842, que teve na MNL uma das zonas mais atingidas do país.

Nesta sequência foi constituída em 22/01/2018 a “Comissão Científica do Programa de Recuperação das Matas Litorais” (CC-PRML), composta por representantes de sete Instituições do Ensino Superior e de um Organismo de Investigação do Estado, com a missão de produzir e partilhar informação técnica e científica relativa à gestão das matas litorais e à melhoria da capacidade das entidades gestoras na execução das operações de estabilização de emergência, reabilitação de habitats e recuperação das matas litorais afetadas pelos grandes incêndios de 15 de outubro de 2017.

A atividade da Comissão Científica foi pontuada com a entrega, no final do ano de 2018, do Relatório do Programa de Recuperação das Matas Litorais (disponível em: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/prg-rec-mataslitorais>), recomendando que os Planos de Gestão Florestal (PGF) a elaborar para as Matas Litorais fossem flexíveis para permitir uma gestão adaptativa.

Nas recomendações subscritas pela CC-PRML há um conjunto de propostas de intervenção que reconhecem e validam os procedimentos e as metodologias implementadas pelo ICNF em vários domínios de atividade: das medidas de estabilização de emergência praticadas no final de 2017, à estratégia de repovoamento florestal e ao sistema de monitorização da exploração florestal que foi desenvolvido no primeiro trimestre de 2018.

O ICNF irá apresentar em 12/01/2022, em sede de consulta Pública, o Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de LEIRIA que elaborou em observação do disposto no artigo 45º do regulamento do Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL), e que foi desencadeado em sequência do complexo de incêndios florestais que percorreram esta área no dia 15/10/2017, agravada pela passagem da tempestade pós-tropical Leslie em 13/10/2018, tendo afetado cerca de 86% da MNL.

O novo PGF-MNL assenta nos princípios de uma gestão florestal sustentável e adaptativa, onde se destacam os seguintes objetivos:

- ✓ Restauro dos ecossistemas e aumento da sua resiliência, designadamente contra incêndios rurais, plantas invasoras e agentes bióticos nocivos;
- ✓ Multifuncionalidade da floresta, com diversificação dos bens e serviços dos ecossistemas prestados;
- ✓ Promoção da biodiversidade, assente numa floresta de pinhal bravo, designadamente através da utilização de outras espécies autóctones sempre que as condições o permitam e da criação de pequenos charcos;
- ✓ Potenciar a fruição da MNL pelas pessoas, através da melhoria das condições para realização de atividades de recreio compatíveis com a salvaguarda dos valores ambientais.

O documento está alinhado com as recomendações que constam no “Programa de Recuperação das Matas Litorais”, elaborado pela Comissão Científica, mas também reflete algumas das propostas que foram avançadas ao longo destes anos por diferentes sujeitos da sociedade civil e dos meios académicos.

Resulta do documento em consulta pública que o balanço das prioridades de gestão e a atribuição do peso específico de cada uma das soluções de intervenção em equação foi significativamente alterado em relação ao PGF aprovado em 2012.

Tal evolução não se verifica apenas por força das ocorrências registadas em 2017 e 2018, que pela sua própria magnitude a tal obrigariam, mas também por uma tomada de consciência que alerta e sensibiliza para a importância crítica para a multifuncionalidade e sustentabilidade dos recursos, para a promoção da biodiversidade enquanto fator fundamental para reforçar e capitalizar a resiliência dos ecossistemas florestais, para o conjunto de bens e serviços do ecossistema, bem como para a necessária preparação e qualificação do espaço para a fruição pública, em linha com as necessidades e as expectativas manifestadas pela sociedade civil e em diálogo com esta.

A consulta pública do PGF decorre de 12 de janeiro a 1 de fevereiro de 2022, podendo ser consultado no serviço regional ICNF, na Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro, sito na Av. D. Dinis, n.º 9, 2430-263 Marinha Grande, bem como no sítio eletrónico do ICNF (<http://www2.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/em-curso/pgf-mata-nacional-leiria>).

A Mata Nacional de Leiria em números

Dados Gerais

Área total (ha)	Área Ardida		Área afetada Leslie *	
	(ha)	(%)	(ha)	(%)
11 021	9 498	86	1 100	10

(*) povoamentos não ardidos

Plano de Investimentos 2018 - 2022: Realizados e em curso

Tipologia de Investimento	Área/Extensão de Intervenção	Área/Extensão Executada	Investimento	Prazo de Execução
	(ha, Km)	(ha, Km)	(€)	
Rearborização de ardidos	2 522	1 977	2 013 931,01	2018 - 2022
Recuperação áreas afetadas-LESLIE	327	51	500 320,00	2020 - 2022
PO SEUR MPGC	472	463	249 001,00	2019 - 2020
PO SEUR RPFGC	54	53	25 453,00	2019 - 2020
Melhoria das condições de visitação e restauro de habitats	-	-	340 191,28	2022
- Beneficiação/Reabilitação/Construção de Zonas de Lazer e Fruição	-	-	-	
* Parque de merendas do Tremelgo	-	-	-	
* Parque de merendas das Árvores	-	-	-	
* Parque de merendas da Portela	-	-	-	
* Parque de merendas do Samouco	-	-	-	
* Parque de merendas de Água Formosa	-	-	-	
* Parque de merendas da Felícia	-	-	-	
* Parque de merendas da Garcia	-	-	-	
* Parques de merendas ao longo da Ribeira de São Pedro (15 locais)	-	-	-	
* Casa do Posto de Vigia da Crastinha	-	-	-	
- Painéis Informativos e Sinalética	-	-	-	
- Obras de Arte (Pontes, Escadas, Cercas/Paliçadas)	-	-	-	
Beneficiação de Rede Viária	6 km	6 km	503 647,03	2021
- Estrada florestal do Aceiro N	-	-	-	
- Estrada florestal de ligação da ER 242-2 ao parque do Tremelgo	-	-	-	
Total	3 375 ha / 6 Km	2544 ha / 6 Km	3 632 543,32	-

Plano de Investimentos 2022 - 2024: Projetos em contratação

Tipologia de Investimento	Área de Intervenção (ha)	Investimento (€)	Prazo de Execução	Procedimento de Contratação
Rearborização de arditos	2 177	1 971 731,12	2022 - 2024	CP nº 20/2021, Anúncio nº 12791/2021
Aproveitamento de Reg. Natural de Pb	1 773	1 170 318,60	2022 - 2024	
Controlo de Plantas Invasoras lenhosas	596	288 483,50	2022 - 2023	
DFCI - MPGC	75	69 560,00	2022 - 2023	
Controlo de Agentes bióticos nocivos	790	220 569,72	2022 - 2025	
Total	5 411	3 720 662,94	-	-

Para a restante área da MNL não abrangida pelos presentes investimentos estão previstas, de acordo com as necessidades identificadas em sede de elaboração do PGF, intervenção a terem lugar a partir até 2038.

Toda área da MNL é correntemente objeto de monitorização no sentido de identificar eventuais necessidades de ajuste às intervenções previstas no PGF, em função da dinâmica que se verifique na evolução dos ecossistemas e povoamentos, no âmbito dos princípios de uma gestão adaptativa e sustentável.

A informação relativa às ações de recuperação da Mata Nacional de Leiria pode ser consultada no portal digital <https://MNLeiria.icnf.pt>, que concentra numa única plataforma a informação relativa às iniciativas empreendidas para recuperação e valorização desta Mata Nacional.